
O INTELLECTUAL E O PODER NA VISÃO DE MICHEL FOUCAULT

Isadora Mutarelli

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus Franca. Bolsista CAPES.

E-mail: isadora.mutarelli@hotmail.com

O INTELLECTUAL E O PODER NA VISÃO DE MICHEL FOUCAULT**THE INTELLECTUAL AND THE POWER IN THE VISION FOR MICHEL FOUCAULT**

Isadora Mutarelli

RESUMO

O poder nunca foi teorizado por Michel Foucault. Para ele, o poder não era algo unitário, globalizante, mas sim heterogêneo, histórico e em constante transformação. Assim, este artigo propõe-se demonstrar qual é a concepção foucaultiana de intelectual e sua relação com o esfacelamento dos poderes. Para tal, utilizaremos como referência o conceito *intelectual*, trabalhado por Michel Foucault em sua obra *Microfísica do poder*, demonstrando que o papel do intelectual, atualmente, é de separar o poder da verdade de suas formas hegemônicas (sociais, culturais e econômicas); e a única forma do intelectual não estar ligado ao poder é se desvinculando da sua identidade profissional e de sua classe.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual, Poder, Microfísica, Biopoder, Foucault.

ABSTRACT

Michel Foucault has never theorized power. For him, power was not unitary, globalizing, but heterogeneous, historic and in constant transformation. This article demonstrates the Foucault's conception of the intellectual and this relation to the collapse of the powers. For this, we will use the concept *intellectual* described by Michel Foucault in his book *Microphysics of power*, to demonstrate that the intellectual's role today it's to separate the power of the truth from his hegemonic forms (social, cultural and economic). The only way for the intellectual not connected to power is to disassociate himself from his professional identity and class.

KEYWORDS: Intellectual, Power, Microphysics, Biopower, Foucault.

INTRODUÇÃO

Paul Michel Foucault, Foucault como é mais conhecido e como iremos chamá-lo, nasceu em 15 de outubro de 1926, na cidade de Poitiers- França, e morreu em junho de 1984. Graduou-se em história, filosofia e psicologia. Seus estudos envolvem principalmente o *biopoder*¹ e a sociedade.

Foucault em suas obras se propõe a estudar três variantes: o discurso (arqueologia do saber), o poder (genealogia do poder) e a subjetividade (modos de construção do sujeito). Suas obras buscam analisar o indivíduo, compreendendo que o nascimento das ciências humanas possibilitou analisar o homem como objeto e sujeito.

Foucault acredita que o estudo dos seres humanos apresentou-se de uma forma radicalmente diferente no final do século XVIII, quando os seres humanos vieram a ser interpretados como sujeito de conhecimento e, ao mesmo tempo, objetos do seu próprio conhecimento. Esta interpretação kantiana define o “homem”. Kant introduziu a idéia de que o homem é o único ser totalmente envolvido pela natureza (seu corpo), pela sociedade (relações históricas, políticas e econômicas), pela língua (sua língua materna), e ao mesmo tempo, encontra uma sólida base para todos estes envoltivos em atividade organizadora e doadora de sentido. (DREYFUS, 2013, p. XV)

Assim, com a retirada do homem das sombras com Kant, as ciências humanas passaram a ocupar um lugar importante na produção de conhecimento, mas como analisar algo que é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto? Para compreender o modo de investigação de Michel Foucault é necessário situar três formas de investigar as ciências humanas: o estruturalismo, a fenomenologia e a hermenêutica.

A fenomenologia foi uma corrente filosófica que buscava demonstrar a importância dos fenômenos da consciência e teve como seu precursor o filósofo Edmund Husserl (1859-1938), onde sua fenomenologia transcendental compreendia que “(...) o homem é totalmente objeto e sujeito, e investiga a atividade doadora de sentido do ego transcendental, que dá sentido a todos os objetos incluindo seu próprio corpo, sua própria personalidade empírica, além da cultura e da história que estabelece como condicionando seu ser” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. XVI). Em outras palavras, Husserl acreditava que a experiência é origem do conhecimento.

¹ “Política dos fenômenos da vida” (CASTRO, 2004, p. 420).

Contrapondo este pensamento temos Martin Heidegger (1889-1976), na Alemanha com sua obra *Ser e tempo* (1927); e Merleau-Ponty (1908-1961), na França com sua fenomenologia da experiência vivida.

Heidegger acreditava que a fenomenologia deveria se dedicar ao que estava oculto na experiência do dia a dia. Desta forma, em seu livro, ele buscou descrever o que denominou de “estrutura do cotidiano” ou “o estar no mundo”. Já a fenomenologia da experiência vivida de Merleau-Ponty, expressa em seus livros *A estrutura do comportamento* (1942) e *Fenomenologia da percepção* (1945), buscava demonstrar “que o corpo vivido mais do que o ego transcendental organizava a experiência e o corpo como um conjunto integrado de habilidades, não era submetido ao tipo de análise intelectualista, através de regras, desenvolvida por Husserl” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. XVIII), demonstrando que o homem é o centro da questão sobre o conhecimento, pois o conhecimento surge e torna-se significativo no campo de sua corporeidade. Apesar das atualizações sofridas, a fenomenologia encontrou um problema que encontrará soluções no estruturalismo.

O problema da linguagem veio à tona, e pareceu que a fenomenologia não era capaz de dar conta, tão bem quanto uma análise estrutural, dos efeitos de sentido que podiam ser produzidos por uma estrutura de tipo lingüístico, escritura em que o sujeito no sentido da fenomenologia não intervinha como aquele que confere o sentido. E, muito naturalmente, estando a esposa fenomenológica desqualificada por sua incapacidade de falar da linguagem, o estruturalismo tornou-se a nova noiva. (FOUCAULT, 2005, p. 311)

O estruturalismo é uma abordagem filosófica das ciências humanas, inspirada no modelo lingüístico, que enxerga a sociedade e sua cultura através de estruturas básicas, formadas por um conjunto elementar de relações. Ganhando grande destaque na segunda metade do século XX, o estruturalismo foi criticado por muitos historiadores², e pesquisadores de outros campos das ciências humanas, por não considerar as condições históricas e de não levar em consideração que o sujeito pode se comportar de uma forma diferente da estabelecida pelo sistema estrutural. Nesse cenário de críticas surge o pós-estruturalismo³, ligado a proposta de desconstrução do pós-modernismo. Os pós-estruturalistas são anti-positivistas e muitos retomam os temas abordados por Nietzsche –

² Esta crítica será feita principalmente por Fernando Braudel, num artigo intitulado *A Longa Duração* (1958). Neste artigo, Braudel critica Claude Lévi-Strauss por desconsiderar a dimensão temporal. Para compreender um pouco deste combate em defesa da história em contraponto ao estruturalismo indicamos o texto: REIS, José Carlos. **História da História (1950-1960): História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss**. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1/1>>.

³ Sua emergência está relacionada, sobretudo, aos eventos contestatórios que marcaram a primeira metade do ano de 1968, em especial na França, como, por exemplo, o evento denominado de Maio de 1968.

como a genealogia, abordada por Foucault –. Estes estudiosos repudiavam as definições de verdade absolutas sobre as coisas, pois defendiam que a verdade se baseava no contexto histórico de cada sujeito.

Já a hermenêutica é um campo filosófico que busca estudar a interpretação. Durante os anos a hermenêutica passou por diversas atualizações. Com Friedrich Schleiermacher (1768-1834), no início do século XIX, a hermenêutica recebe uma reformulação, que a permite entrar para o campo filosófico. Denominada de hermenêutica geral, essa teoria passa a ser capaz de estabelecer os princípios gerais de toda e qualquer compreensão e interpretação de manifestação lingüística, ou seja, passa a ser considerada uma teoria geral da compreensão. Posteriormente, com os trabalhos de Johann Gustav Droysen (1808-1884) e Wilhelm Dilthey⁴ (1833-1911), o procedimento hermenêutico tornou-se a metodologia das ciências humanas, onde os eventos da natureza passam a ser explicados levando em conta, também, os eventos históricos e a cultura. A área da hermenêutica tradicional busca observar as interpretações de textos escritos, como, por exemplo, os literários, religiosos ou jurídicos. Já a hermenêutica moderna vai além dos textos escritos, buscando demonstrar todas as fases do processo interpretativo, trazendo as práticas cotidianas de outras épocas e culturas.

Como podemos perceber, é quase impossível classificar Michel Foucault e suas obras como pertencente ao campo do estruturalismo, fenomenologia ou hermético, pois apesar dele se utilizar dessas teorias das ciências humanas, ele não se deixa engessar por esses conceitos ou metodologia moldando-as de acordo com seus pensamentos.

Em a *História da Loucura* (1961) Foucault se propõe analisar, em distintas épocas e diferentes espaços, os saberes sobre a loucura para demonstrar as condições e o momento do nascimento da psiquiatria. Esta obra tinha como objetivo estabelecer os vínculos entre os saberes que permitiram individualizar formações discursivas.

Já em *O Nascimento da Clínica* (1963), Michel Foucault procura aprofundar-se na distância entre a medicina moderna e a clássica. Nesse livro, ele analisa o saber médico como algo determinado pela a estrutura histórica – diferente do estruturalismo universalista do antropólogo Claude Lévi-Strauss⁵.

⁴ Dilthey foi o primeiro a formular a dualidade das “ciências da natureza e as ciências do espírito”, que se distinguem por meio de um método analítico esclarecedor e um procedimento de compreensão descritiva.

⁵ Ver: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Paris: Librairie Plon, 1958.

Como podemos notar as obras acima “(...) estão centradas na análise de sistemas de instituições e práticas discursivas historicamente situadas. As práticas discursivas são distinguidas dos atos de fala da vida cotidiana” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. XX), estes atos de fala são ditos por peritos, pelos especialistas e, muitas vezes, pelos frequentadores do local de onde falam.

Já em seu livro intitulado *As palavras e as Coisas* (1966), Foucault busca aprofundar suas análises do discurso se afastando, temporariamente, de sua pesquisa sobre as instituições. Foucault “sustenta que aquilo que denominamos, sem maior rigor, de ciências do homem pode ser tratado como sistemas autônomos de discurso, mas ele nunca abandonou suas posições iniciais de que as instituições sociais influenciam as práticas discursivas” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. XXI) :

A tese central deste livro é que as ciências humanas só foram possíveis a partir do nascimento das ciências empíricas. Assim, ele descreve a formação desta ciência partindo de uma inter-relação de saberes.

Na arqueologia ele, entretanto efetivamente tenta mostrar que as ciências humanas poderiam ser analisadas como tendo uma regulação interna própria e uma autonomia. Outrossim, ele propõe tratar dos discursos das ciências humanas arqueologicamente, isto é, evitar tornar-se envolvido em argumentos sobre se o que elas afirmam é verdade, ou até mesmo se suas assertivas fazem sentido. Preferivelmente, ele propõe tratar tudo o que é dito nas ciências humanas como um “discurso-objeto” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. XX).

Como podemos notar a questão do poder não estava explicitamente colocada nessa primeira fase, porém, vale ressaltar, que ela não se encontrava ausente também. Ao tratar do sujeito e das instituições, estaríamos tratando de uma relação de poder, pois, de acordo com Foucault, uma sociedade que não possui relações poder é uma sociedade inexistente.⁶

Após a Arqueologia⁷, Foucault se distanciou da tentativa de criar e desenvolver uma teoria do discurso. Nessa nova fase de suas obras, utilizando-se da genealogia de Nietzsche, Foucault busca criar uma metodologia que lhe possibilite tematizar a relação entre teoria, valores, práticas sociais, verdade e instituições, tentando entender como tais instâncias

⁶ Ver o texto: FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 246.

⁷ Arqueologia é um método analítico utilizado por Michel Foucault nos seguintes trabalhos: *História da Loucura* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966). Nesse método, Foucault compreende que as formações discursivas, com, por exemplo, os sistemas de pensamento e conhecimento, são governadas por regras que operam sob a consciência de sujeitos individuais e definem um sistema de possibilidades conceituais que determinam os limites do pensamento e do uso da linguagem em um determinado período. Ver o texto: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

surgem. Nessa nova fase, Foucault passou a dedicar mais atenção a assuntos, como por exemplo, o corpo, o poder e as suas relações com as ciências humanas. Os livros *Vigiar e Punir* (1975) e *A vontade de saber* – primeiro volume da *História da Sexualidade* (1976) são os primeiros que irão abordar o poder como dispositivo de investigação capaz de exemplificar a construção dos saberes. Vale ressaltar, que Foucault não abandona totalmente seu método arqueológico nessas obras, pelo contrário, continuou utilizando-se dele para separar os discursos, porém, desistiu de tentar elaborar uma regra que regesse os sistemas das práticas discursivas.

Em seu livro *Vigiar e Punir* (1975), Foucault dedicou-se às práticas “carcerárias”, que deram origem as ciências do homem, possibilitando ao homem e a sociedade uma forma possível de análise objetiva arqueológica⁸. Assim, Foucault não pretendeu estudar a instituição “prisão” em si, mas estudar a tecnologia disciplinar.

Em *Vigiar e Punir* o que eu quis mostrar foi como, a partir dos séculos XVII e XVIII, houve verdadeiramente um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder. As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local –, mas instauraram o que se poderia chamar uma nova “economia” do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e “individualizada” em todo o corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (menos caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas e que repousavam sobre uma mistura de tolerâncias mais ou menos forçadas (desde o privilégio reconhecido até a criminalidade endêmica) e de cara ostentação (intervenções espetaculares e descontínuas do poder cuja forma mais violenta era o castigo “exemplar”, pelo fato de ser excepcional). (FOUCAULT, 2006, p. 8)

Já a coleção *História da Sexualidade* buscou refutar “a crença hermenêutica em um significado profundo, ao traçar a emergência da confissão sexual e ao relacioná-la as práticas de dominação social” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. XXI). Nessa obra, Foucault busca entender a construção do sujeito e da sua individualidade, e, para alcançar este objetivo, utiliza-se da sexualidade⁹.

⁸ Conhecida também como análise arqueológica do discurso, esta abordagem teórico-metodológica trabalha com textos, criteriosamente escolhidos, a partir do estabelecimento de um corpus material, isto é, das coisas ditas expressas em determinado tempo e lugar, como algo possível de aparecer em certo momento. É, portanto, uma abordagem de cunho histórico, cujas categorias principais são o discurso e o enunciado, nos possibilitando identificar, nos discursos, as construções sociais que orientam as ações dos sujeitos, suas práticas e modos de convivência.

⁹ Para Michel Foucault sexualidade deve ser entendida como “o conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa (FOUCAULT, 1988, p. 139).”

Este discurso proibitivo – ligado ao sexo – das instituições (família, igreja, Estado, escola, entre outros), exercia um tipo de poder sobre o indivíduo. Este poder, porém, não se dava pela força, mas sim pelo discurso.

A sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder, esteve em expansão crescente a partir do século XVII; a articulação que a tem sustentado, desde então, não se ordena em função da reprodução; esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder. (FOUCAULT, 1988, p.118)

Esta valorização do corpo ligado ao saber ocorre quando o sexo passa a ser estudado pelas ciências humanas através das práticas profissionais, como, por exemplo, a psicanálise de Freud. Essas práticas profissionais passam a ser incentivada, levando indivíduos a confessar seus sentimentos e suas condutas sexuais.

Assim, neste livro, Foucault demonstrou que o sexo está ligado a uma forma de poder e de saber, demonstrando que a sexualidade nada mais é do que uma construção social.

Esta combinação permite a Foucault desenvolver um diagnóstico geral da nossa atual situação cultural. Ele isola e identifica a difusa organização de nossa sociedade como “poder biotécnico”. Biopoder é o crescente ordenamento em todas as esferas sob o pretexto de desenvolver o bem-estar dos indivíduos e das populações. Para o genealogista esta ordem se revela como sendo uma estratégica, sem ninguém a dirigi-la, e todos cada vez mais emaranhados nela, que tem como única finalidade o aumento da ordem e do próprio poder (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. XXII).

Há, por isso, um novo arranjo sobre a vida, denominada por Michel Foucault de Biopoder. A sociedade normalizadora se realiza na vida e no corpo. Assim, para Foucault, o poder deve ser compreendido como um conceito que busca apreender como as práticas sociais atuam, sem incidir numa teoria tradicional da história.

Como pretendemos demonstrar durante este artigo o poder para Foucault não funciona como uma base metafísica, ele é uma prática cultural construída historicamente. Assim, esse artigo se propõe a analisar, de acordo com o ponto de vista foucaultiano, os intelectuais – responsáveis pela produção e transmissão do conhecimento – e sua relação com o poder. Para isso, no desenvolvimento do texto, iremos utilizar com grande frequência a obra *Microfísica do poder* (1979), pois é nesta obra que encontramos a definição e a função do intelectual para Michel Foucault e o livro *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (2013), de Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, pois trata-se de um comentador das obras de Michel Foucault.

O INTELLECTUAL PARA MICHEL FOUCAULT

Em nossa sociedade o intelectual é visto como o sujeito responsável pela produção do conhecimento e pela transmissão de ideias – direta ou indiretamente ligada a intervenções políticas ou sociais. Além disso, este indivíduo também possui um papel central nas áreas da cultura e da política. Normalmente, a politização de um intelectual leva em conta, segundo Michel Foucault, dois pressupostos: seu status de intelectual na sociedade em que estava inserido e a verdade¹⁰ que expunha em seu discurso, onde fala a verdade às pessoas que não enxergam e em nome daqueles que não podem falar. “O intelectual seria a figura clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva” (FOUCAULT, 2006 p. 8-9).

De acordo com Foucault, há muito tempo os intelectuais não desenvolviam mais esse papel. Atualmente, estes trabalham em áreas determinadas – tanto no campo da pesquisa quanto nas suas vidas – e não mais no “universal” (FOUCAULT, 2006 p. 9).

Assim, um importante componente das observações de Michel Foucault a respeito dos intelectuais é a sua oposição ao intelectual universal – que vê no escritor seu representante –, trazendo à tona a figura do intelectual específico. Esse novo componente, de acordo com Foucault, emerge numa época determinada, o pós-guerra¹¹.

¹⁰ Para Michel Foucault a verdade não existe fora do poder ou sem ele. “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (...); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (FOUCAULT, 2006, p. 12-13)

¹¹ “Talvez o físico atômico – digamos em uma palavra, ou melhor, com um nome: Oppenheimer – tenha sido quem fez a articulação entre intelectual universal e intelectual específico. E porque tinha uma relação direta e localizada com a instituição e o saber científico que o físico atômico intervinha; mas já que a ameaça atômica concernia todo o gênero humano e o destino do mundo, seu discurso podia ser ao mesmo tempo o discurso do universal. Creio, pela primeira vez o intelectual foi perseguido pelo poder político, não mais em função do seu discurso geral, mas por causa do saber que detinha: é neste nível que ele se constituía como um perigo político” (FOUCAULT, 2006, p. 10).

Esta figura nova tem outra significação política. O intelectual era por excelência o escritor: consciência universal, sujeito livre, opunha-se àqueles que eram apenas competências a serviço do Estado ou do Capital (engenheiros, magistrados, professores). Do momento em que a politização se realiza a partir da atividade específica de cada um, o limiar da escritura como marca sacralizante do intelectual desaparece, e então podem se produzir ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para um outro. Assim, os magistrados e os psiquiatras, os médicos e os assistentes sociais, os trabalhadores de laboratório e os sociólogos podem, em seu próprio lugar e por meio de intercâmbios e de articulações, participar de uma politização global dos intelectuais. Este processo explica por que, se o escritor tende a desaparecer como figura de proa, o professor e a universidade aparecem, talvez não como elementos principais, mas como "permutadores", pontos de cruzamento privilegiados. A causa da transformação da universidade e do ensino em regiões ultrassensíveis politicamente acha-se sem dúvida aí. A chamada crise da universalidade não deve ser interpretada como perda de força, mas, pelo contrário, como multiplicação e reforço de seus efeitos de poder no meio de um conjunto multiforme de intelectuais em que praticamente todos são afetados por ela e a ela se referem (FOUCAULT, 2006 p. 9-10).

Assim, o que Foucault denomina que intelectual específico é o perito, o “cientista específico”, o experto, fruto do avanço do capitalismo, vinculado a uma nova classe social e seu contraponto é o intelectual universal, o escritor. Em suma, o intelectual específico representa o indivíduo inserido na intelectualidade, onde possui diversas divisões e subdivisões – desde agrupamento em tipos até a repartição por categorias profissionais. Já o intelectual universal é uma generalização, uma cópia do intelectual engajado ou de outros pontos de vista sobre o “papel do intelectual” em que acaba cobrando um posicionamento dele, dando-lhe uma função política.

Para Foucault, o papel do intelectual não é modelar o pensamento dos outros, seu trabalho é – por meio das observações feitas no campo que lhe pertence – reinterrogar as provas e os dogmas, os modelos de se produzir e de se pensar, eliminando as familiaridades admitidas. Resgatando as regras e as instituições a partir desta reproblemática – em que põem em jogo seu ofício de intelectual específico –, se envolvendo na construção de uma política. Sendo assim, não se trata de liberar a verdade de todo o sistema de poder, mas sim de separar o poder da verdade de seus modelos dominantes – econômico, social e cultural (FOUCAULT, 1986, p. 676-677).

O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. (...) O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...), onde eles se implantaram (FOUCAULT, 2006, p. 16).

Assim, o intelectual não deve ser compreendido, segundo Foucault, como um indivíduo portador de princípios universais, mas sim como uma pessoa que possui um lugar específico associado às atividades gerais dos dispositivos da verdade da sociedade em que encontrasse inserido. Desta forma, a atividade do intelectual constitui-se em diagnosticar o seu presente e não formular expectativas para o futuro.

O PODER PARA FOUCAULT

Como dito anteriormente, Michel Foucault nunca teorizou o poder, pois para ele o poder não era o foco de sua pesquisa, seu interesse era o sujeito. Suas fases sempre visaram compreender o homem, não teorizar o poder, porém, em algum momento, acabou se deparando com ele.

Assim, de acordo com Dreyfus e Rabinow, Foucault sugere uma filosofia analítica do poder contrapondo a teoria tradicional existente. Esta filosofia analítica consiste em tornar visível o que é visível, analisando as forças que organizam nossa sociedade. Por este motivo, o poder não pode ser visto como algo limitado as instituições políticas, ele é multidirecional, podendo vir de baixo para cima ou de cima para baixo. Ele é uma “matriz geral de relações de forças num dado tempo e dada sociedade” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p.202).

Dizendo poder, não quero significar “o poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas da sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; aos apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esforço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação de Leis, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2003 p.102-103).

O poder para Foucault se configura através da capacidade de conduzir ações – o poder não proíbe, ele cria mecanismos essenciais –, de criar um campo compartilhado de possíveis dos outros, é um auto arranjo da sociedade. Em resumo, são modos de gerar o que é possível para os outros.

Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) foi um físico e filósofo que se decidiu a pesquisar a história da ciência. Em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, Kuhn buscou demonstrar que a ciência pode ser afetada pelos aspectos históricos e sociólogos de uma época, denominando de “perspectiva histórica”. Desta forma, de acordo com a perspectiva histórica, Kuhn acreditava que a ciência se desenvolvia em cinco fases: 1º estabelecimento de um paradigma (modelo aceito por todo o grupo científico que buscam investigar esse paradigma), 2º ciência normal (é nessa fase que os pesquisadores buscam provar ou não os paradigmas, realizam testes), 3º crise (quando os paradigmas não estão aptos para resolver todos os problemas, colocando-se em xeque, estabelecendo uma crise), 4º ciência extraordinária (criação de novos paradigmas que acabam competindo entre si, até que chegam a uma nova perspectiva) e o 5º revolução científica (esta fase ocorre quando um dos novos paradigmas da fase anterior consegue substituir o modelo tradicional, dando início novamente ao ciclo). Este trabalho de Kuhn sobre as ciências possui uma grande semelhança do que Foucault irá chamar de sociedade normalizadora.

As tecnologias normalizadoras de Foucault possuem uma formação parecida com a ciência proposta por Kuhn. Elas buscam estabelecer uma escolha de objeto e procedimentos comuns, que se transformam em evidências. Além disso, definem exemplo de como organizar a atividade humana através de dominações, e, esses exemplos, irão definir o que é considerado normal, deixando explícito que as práticas culturais que não pertencem a este sistema são comportamentos desviantes e precisam ser normalizados (DREYFUS; RABINOW, 2013, p.217).

Um componente essencial das tecnologias de normalização é que elas são, elas mesmas, uma parte, integrante da criação, classificação e controle sistemático das anomalias no corpo social. Sua razão de ser advém da pretensão de haverem isolado tais anomalias e suas promessas de normalizá-las. Conforme Foucault mostrou detalhadamente em *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade*, o desenvolvimento do biopoder é contemporâneo do aparecimento e da proliferação das próprias categorias de anomalias – o delinquente, o perverso, etc – que as tecnologias do poder e saber supostamente eliminariam. A expansão da normalização funciona através da criação de anormalidades que ele deve então tratar e reformar. Ao identificar cientificamente as anomalias, as tecnologias do biopoder estão na posição perfeita para supervisioná-las e administrá-las (DREYFUS; RABINOW, 2013, p.215).

Desta forma, podemos notar que as ciências de Kuhn objetivam a compreensão de todas as anomalias do sistema, já as tecnologias normalizadoras buscam estabelecer um grupo de diferentes anomalias, permitindo ampliar seu saber e poder. Assim, a grande diferença destas duas explicações é a política, ou melhor, a forma como é utilizada.

Assim, Foucault, nessa fase, olha o discurso como uma junção histórica de um paradigma, considerando-o como um elemento de uma parte mais geral do que nomeia de poder e prática, compreendendo que suas relações são vinculadas de distintas formas e distintos paradigmas.

Desta forma podemos compreender o porquê de Michel Foucault criticar o intelectual universal, que se diz dono da verdade, imune ao poder, fora dos interesses partidários, que pretende prediz o futuro e reivindica o seu papel de legislador. É impossível um intelectual, ou outra pessoa, ser objetivo, sem sofrer o peso da historicidade, pois ao participar do mundo que será analisado, seu discurso estará de alguma forma ligada ao poder, já que o saber é um dos elementos constituinte do poder no mundo moderno. Por este motivo, o poder para Foucault não pode ser analisado nas instituições políticas – já que o poder e a instituição não estão necessariamente ligados –, as relações de poder são fundadas no conjunto da rede social, sendo impossível pensar uma sociedade sem relações de poder, pois sempre teremos um agindo sobre as ações de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu diálogo com G. Deleuze, sobre os intelectuais e o poder, Foucault destaca que uma das dificuldades principais com que se encontra o intelectual atualmente é de delimitar e levar em frente às formas mais apropriadas de luta, ignorando que o poder não esgota o campo de exercício e do funcionamento deste. A tese tradicional do Estado, ou de seus aparatos, nos permite concluir que estes não desaparecem na área de exercício e de trabalho do poder. A generalidade da luta não se faz de forma totalizante. O que faz a generalidade da luta é o mesmo conjunto de poder, com todas suas formas de operação. Esta conclusão pode ser o incentivo do interesse de Foucault pelo desenvolvimento da filosofia analítica do poder.

A filosofia tida como tradicional tem como função criar e definir limites do poder, estabelecendo-se como lei. Já na filosofia analítica do poder não se planta a questão do poder desde o ponto de vista do bem e do mal, mas, sim, desde o ponto de vista da existência do poder (FOUCAULT, 2013, p.312).

Os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores

da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso (FOUCAULT, 2006, p.9).

Assim, o ofício do intelectual consiste em tornar visíveis os artifícios do poder que se exerce de modo mascarado. Mostrar, por exemplo, como as instituições não são apenas um espaço, mas um lugar que exerce uma forma de poder, elas são a expressão da tecnologia do poder disciplinar. Um exemplo seria a escola, que não deve ser vista como um lugar apenas para se aprender, mas um espaço para impor uma forma de poder – através da separação dos alunos em salas de aulas, horários rígidos, vigilância da sexualidade dos alunos, entre outros aspectos – ou até mesmo as prisões, que não são apenas uma instituição de punição e melhoramento do sujeito, mas um local onde o jogo de poder é exercido, assim ela possui um papel importante na manutenção das relações modernas de poder. Ambos os exemplos representam um espaço racional que formam as relações de poder, já que o poder só existe se exercido por “uns” sobre os “outros”, de forma violenta ou por consentimento. Assim, o poder consiste em uma relação de poder que é exercida por um grupo de ações sobre possíveis ações.

Vale ressaltar que apesar do exercício do poder deva ser praticado de um sobre o outro, ele só pode ser operado sobre sujeitos “livres”¹², um exemplo disso é a escravidão. A escravidão não possui uma relação de poder, mas sim uma relação de força física (obrigados pelo uso da força), não é uma servidão “voluntária”, não há uma liberdade para que o poder possa agir, permitindo uma relação de poder. Então, podemos entender que o poder não é exterior a outros sistemas, ele vem de baixo, as relações de poder são propositais (objetivas) e não existe resistência fora do poder

Deste modo, as discussões presentes neste artigo nos permitiram concluir que atualmente o papel do intelectual é trazer à tona os mecanismos presentes no poder e lutar contra estes modelos de poder na organização do saber, da verdade, da consciência e do discurso – separando o poder da verdade de seus modos de hegemônica (sociais, econômicas

¹² “Entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 2013, p. 244).

e culturais). Assim, o único modo do intelectual não auxiliar o poder é renunciar seu título de especialista e também de suas ambições universalistas e abstratas, rompendo com a sua identidade profissional, de classe e pessoal.

Artigo recebido em janeiro de 2017. Aprovado em julho de 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Edgard. **El vocabulario de Michel Foucault** — un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Portada. Universidad Nacional de Quilmes 2004.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das ciências e História dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Ditos e escritos, volume IV: Estratégicas, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, SP; Rio de Janeiro, RJ: Editora da UNICAMP: Vozes, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Paris: Librairie Plon, 1958.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A estrutura do comportamento**. Martins Fontes, 2006.

_____. **Fenomenologia da percepção**. Martins Fontes, 2011.

REIS, José Carlos. **História da História (1950-1960): História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss**. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1/1>>. Acesso em: 15 de março de 2017.